

redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, nomear, em regime de substituição:

- a) Doutor Pedro Manuel Barbosa Vasconcelos Jordão — Coordenador da Unidade de Ambiente e Recursos Naturais;
- b) Doutor Benvindo Martins Maças — Coordenador da Unidade de Recursos Genéticos, Ecofisiologia e Melhoramento de Plantas;
- c) Doutora Amélia Maria Pereira Lopes — Coordenadora da Unidade de Protecção de Plantas;
- d) Doutor Carlos Alberto Nunes Santos — Coordenador da Unidade de Tecnologia Alimentar.

2 — Os Coordenadores mencionados dependem hierárquica e funcionalmente da Directora do L-INIA.

3 — A presente Deliberação produz efeitos a 4 de Abril de 2011, ficando ratificados todos os actos praticados pelos agora nomeados, desde a mesma data.

29 de Abril de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.
204630343

Deliberação n.º 1522/2011

Considerando o recente termo do período máximo de exercício de funções em regime de gestão corrente, por parte do Coordenador da Unidade de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico do L-LNIV — Unidade de Higiene Pública, e atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento dos serviços;

O Conselho Directivo do INRB, I. P., reunido em 20/04/2011, deliberou:

1 — Por urgente conveniência de serviço e nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, nomear, em regime de substituição:

Doutor Jorge Manuel Silva Barbosa — Coordenador da Unidade de Higiene Pública.

2 — O referido Coordenador depende hierárquica e funcionalmente do Director do L-LNIV.

3 — A presente Deliberação produz efeitos a 4 de Abril de 2011, ficando ratificados todos os actos praticados pelo agora nomeado, desde a mesma data.

29 de Abril de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.
204630327

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 16642/2011

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2004, de 23 de Agosto, torna-se público o modelo do selo de garantia emitido pela Comissão Vitivinícola do Algarve, a fim de ser utilizado nos produtos certificados do sector vitivinícola com direito a Denominação de Origem e Indicação Geográfica, como símbolo do cumprimento das exigências de qualidade e de genuinidade que aqueles produtos têm de observar.

1 — Os selos de garantia aprovados pela Comissão Vitivinícola do Algarve, reproduzidos em anexo ao presente aviso são constituídos pelas imagens, ícones e pelas designações “Comissão Vitivinícola do Algarve” ou “CVA” e do decreto-lei que aprova o regime de taxas incidente sobre vinhos e produtos vnicos, bem como a indicação da correspondente série (2), numeração (3) e capacidade em litros (1).

2 — As dimensões do selo de garantia relativo aos produtos com Indicação Geográfica “Vinho Regional Algarve” a que se refere o presente aviso, são de 5,0cm X 2,5cm; estes selos podem ser utilizados na versão policromática ou imagem em quadricromia devendo para tal corresponder às imagens indicadas na reprodução em anexo (PANTONE 181 — C:14 M:94 Y:88 K:51, para vinho tinto e rosado e PANTONE 2767 — C:100 M:75 Y:12 K:67, para vinho branco e vinho licoroso). São ainda permitidas ampliações ou reduções no máximo de 20 %.

3 — As dimensões do selo de garantia relativo aos produtos com Denominação de Origem “DOC” a que se refere o presente aviso, são de 5,0cm X 3,4cm; os selos apenas podem ser utilizados na versão policromática (imagem trabalhada a 4 cores de selecção CMYK) devendo para tal corresponder às imagens em quadricromia indicadas nas reproduções em anexo; são ainda permitidas ampliações ou reduções no máximo de 20 %.

4 — As dimensões do selo de garantia avulso relativo aos produtos com Indicação Geográfica e Denominação de Origem, a que se referem o presente aviso, são de 6,0cm X 2,2cm; os selos apenas podem ser utilizados na versão policromática devendo para tal corresponder às imagens em quadricromia

indicadas na reprodução em anexo (PANTONE 7404 — C:0 M:9 Y:86 K:0); são ainda permitidas ampliações ou reduções no máximo de 20 %.

5 — Fica interdita a reprodução ou imitação do selo aprovado pelo presente aviso, no todo, em parte ou em acréscimo, para quaisquer fins e por quaisquer outras entidades públicas ou privadas. A interdição abrange todos os símbolos que de algum modo possam induzir em erro ou suscitar confusão com o selo que o presente aviso pretende proteger.

30 de Junho de 2011. — A Vice-Presidente, *Edita Azenha*.

ANEXO A

1 — Selo de Garantia — IG Algarve

1.1 — IG Algarve Tinto e Rosé versão policromática

Vinho Tinto e Rosé



1.2 — IG Algarve Branco versão policromática

Vinho Branco



1.3 — IG Algarve Licoroso versão policromática

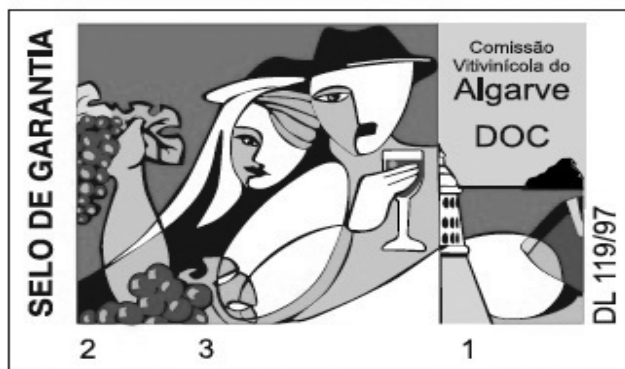
Vinho Licoroso



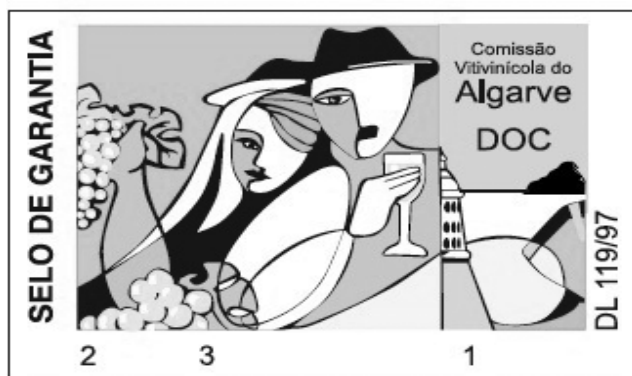
2 — Selo de Garantia — DOC

2.1 — DOC Tinto e Rosé versão policromática

Vinho Tinto e Rosé



2.2 — DOC Branco versão policromática

Vinho Branco

3 — Selo de Garantia Avulso

3.1 — IG Algarve versão policromática

Selo Avulso

3.2 — DOC

versão policromática

Selo Avulso

1 — espaço para inscrição da capacidade em litros (l)

2 — espaço para inscrição da série

3 — espaço para inscrição da numeração

205047104

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Gabinete do Secretário de Estado da Saúde****Despacho n.º 10687/2011**

De acordo com a Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto, que regula e disciplina a actividade profissional de odontologia, o Conselho Ético e Profissional de Odontologia funciona sob tutela do Ministro da Saúde, sendo constituído por representantes do Ministério da Saúde, da Ordem dos Médicos Dentistas, da Ordem dos Médicos e dos Odontologistas.

Tendo a Ordem dos Médicos proposto a alteração do seu representante no referido Conselho, importa, pois, proceder em conformidade e nomear o novo representante daquela ordem profissional.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto:

1 — Nomeio o Dr. Hernâni Eduardo Costa Pinharanda, em representação da Ordem dos Médicos.

2 — Mantêm-se os demais membros do Conselho Ético e Profissional de Odontologia, nos termos do despacho n.º 18 045/2007, da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, de 13 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2007, e alterado pelo despacho n.º 25790/2008, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 15 de Outubro de 2007.

17 de Agosto de 2011. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

205045728

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior****Despacho n.º 10688/2011**

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 151.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e dos artigos 109.º e 110.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 10043/2011, do Ministro da Educação e Ciência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de Agosto de 2011:

1 — Subdelego, com a possibilidade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes actos, desde que, em todos os casos, esteja assegurada a prévia cabimentação orçamental, nos seguintes presidentes dos institutos politécnicos e presidentes das escolas politécnicas não integradas:

Professor Vito José de Jesus Carioca, presidente do Instituto Politécnico de Beja;

Professor João Alberto Sobrinho Teixeira, presidente do Instituto Politécnico de Bragança;

Professor Carlos Manuel Leitão Maia, presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco;

Professor João Baptista da Costa Carvalho, presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;

Professor Rui Jorge da Silva Antunes, presidente do Instituto Politécnico de Coimbra;

Professor Constantino Mendes Rei, presidente do Instituto Politécnico da Guarda;

Professor Nuno André Oliveira Mangas Pereira, presidente do Instituto Politécnico de Leiria;

Professor Luís Manuel Vicente Ferreira Simões, presidente do Instituto Politécnico de Lisboa;

Professor Joaquim António Belchior Mourato, presidente do Instituto Politécnico de Portalegre;

Professora Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho, presidente do Instituto Politécnico do Porto;

Professor Jorge Alberto Guerra Justino, presidente do Instituto Politécnico de Santarém;

Professor Armando José Pinheiro Marques Pires, presidente do Instituto Politécnico de Setúbal;

Professor Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida, presidente do Instituto Politécnico de Tomar;

Professor Rui Alberto Martins Teixeira, presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

Professor Fernando Lopes Rodrigues Sebastião, presidente do Instituto Politécnico de Viseu;

Professora Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento, presidente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra;

Professora Maria Filomena Mendes Gaspar, presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa;

Professor Paulo José Parente Gonçalves, presidente da Escola Superior de Enfermagem do Porto;

Professor Fernando João de Matos Moreira, presidente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Professor Abel Viriato Conde de Amorim, presidente da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique;

a) Autorizar, em casos excepcionais de representação e relativamente às deslocações ao estrangeiro e no estrangeiro de todos quantos exercem